



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Recurso de agravo nº 198625-8/01 - Comarca de Pesqueira

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: Mercadinho Lins Ltda.

EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APRECIÇÃO EQUITATIVA DO JUIZ. SENTENÇA NÃO CONDENATÓRIA. APLICABILIDADE DO ART. 20, §4º, DO CPC. RECURSO IMPROVIDO. 1. O critério utilizado pelo art. 20, § 3º, do CPC alcança, apenas, as sentenças condenatórias, porquanto os honorários de sucumbência devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante da condenação, o que não ocorre *in casu*. 2. Para as hipóteses em que a sentença não seja condenatória, como no caso em análise, o art. 20, § 4º, do CPC, dispõe que o juiz deve estabelecer os honorários em apreciação equitativa, podendo, em razão disso arbitrá-los num valor fixo que lhe pareça justo, observando o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, logo, mantenho o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) referente ao ônus sucumbenciais fixados pela sentença, razão que não considero vulnerado o art. 20, § 3º e § 4º, do CPC. 5. Recurso de agravo improvido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo nº 198625-8/01, acima referenciados, julgados nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhes provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 4 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Recurso de agravo nº 198625-8/01 – Comarca de Pesqueira

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: Mercadinho Lins Ltda.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento à apelação cível em apenso, no sentido de condenar o ora agravado ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com fulcro no art. 20, § 4º, do CPC.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois o valor relativo aos honorários de sucumbência é irrisório em relação ao valor da causa e ao seu conteúdo econômico, devendo ser aplicado o § 3º, do art. 20 do CPC em vez do § 4º do referido dispositivo, prequestionando-se explicitamente o art. 20, § 3º e § 4º, do CPC, dito violado.

Requer, ao final, o provimento do integrativo para fins de destrancamento do apelo, com o seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

A questão controvertida que nesta sede se revisa voluntariamente, qual seja, o *quantum* relativo aos honorários advocatícios a serem arbitrados no presente caso, constata-se que devem ser aplicados, nas sentenças que não sejam condenatórias, os comandos dispostos no art. 20, § 4º, do CPC, transcrito abaixo: Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria. (...) § 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. § 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior. É de suma importância mencionar que, a condenação nas verbas de sucumbência decorre do fato objetivo da derrota no processo, cabendo ao juiz condenar, de ofício, a parte vencida, independentemente de provocação, posto que o pedido de tal condenação encontra-se compreendido na petição inicial como se fosse um pedido implícito, pois seu exame decorre da lei, prescindindo de alegação expressa do autor. Impende registrar que o

15  
189  
critério utilizado pelo art. 20, § 3º, do CPC alcança, apenas, as sentenças condenatórias, porquanto os honorários de sucumbência devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante da condenação, o que não ocorre *in casu*. No mais, para as hipóteses em que a sentença não seja condenatória, o art. 20, § 4º, do CPC, dispõe que o juiz deve estabelecer os honorários em apreciação equitativa, podendo, em razão disso arbitrá-los num valor fixo que lhe pareça justo, observando o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, logo, mantenho o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) referente ao ônus sucumbenciais fixados pela sentença. Diante de todo o exposto, com arrimo no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao presente recurso de apelação, para ratificar os termos do julgado de origem, não considerando vulnerados o art. 20, § 3º e § 4º, do CPC. Com o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos ao juízo de origem. P. e I. Recife, 13 de setembro de 2008, Des. Ricardo Paes Barreto, Relator.

Segundo o agravante em suas razões recursais, o valor relativo aos honorários de sucumbência é irrisório em relação ao valor da causa e ao seu conteúdo econômico, devendo ser aplicado o § 3º, do art. 20 do CPC em vez do § 4º do referido dispositivo.

Ocorre que tal argumento não deve prosperar, posto que deve ser aplicado, nas sentenças que não sejam condenatórias, como se verifica no presente caso, o comando disposto no art. 20, § 4º, do CPC, transcrito abaixo:

Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

(...)

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

- a) o grau de zelo do profissional;
- b) o lugar de prestação do serviço;
- c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§ 4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, **naquelas em que não houver condenação** ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, **os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.**

É de suma importância mencionar que, a condenação nas verbas de sucumbência decorre do fato objetivo da derrota no processo, cabendo ao juiz condenar, de ofício, a parte vencida, independentemente de provocação, posto que o pedido de tal condenação encontra-se compreendido na petição inicial como se fosse um pedido implícito, pois seu exame decorre da lei, prescindindo de alegação expressa do autor.

Impende registrar que o critério utilizado pelo art. 20, § 3º, do CPC alcança, apenas, as sentenças condenatórias, porquanto os honorários de sucumbência devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante da condenação, o que não ocorre *in casu*.

No mais, como dito, para as hipóteses em que a sentença não seja condenatória, o art. 20, § 4º, do CPC, dispõe que o juiz deve estabelecer os honorários em apreciação equitativa, podendo, em razão disso arbitrá-los num valor fixo que lhe pareça justo, observando o grau de zelo profissional, o lugar

A

da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, logo, mantenho o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) referente ao ônus sucumbenciais fixados pela sentença.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, não considerando vulnerado o disposto de lei explicitamente prequestionado.

É como voto.

Recife, 4 de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Relator